



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12511 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

POVOS INDÍGENAS E SEUS PROCESSOS DE ENSINAGEM: por uma perspectiva cosmológica para a Educação Escolar Indígena

Alcilene Bezerra da Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Saulo Ferreira Feitosa - UNIVERSIDADE FEDERAL PE

POVOS INDÍGENAS E SEUS PROCESSOS DE ENSINAGEM: por uma perspectiva cosmológica para a Educação Escolar Indígena

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se destina a traçar caminhos que repensem a importância da educação indígena no contexto escolar, em especial no redirecionamento da Educação Escolar Indígena a partir da *ensinagem*, considerada enquanto processo educativo pautado pela pluralidade cultural, de tradições, de rituais, de cosmologias e de ancestralidades fortemente refletidas nos corpos indígenas. A *ensinagem* se constitui no interior da educação indígena, pensada por nós enquanto pedagogias produzidas nos – e a partir dos – ritos, dos mitos e do corpo (OLIVEIRA, 2005). Ainda que a Educação Escolar Indígena seja considerada uma importante conquista no tocante à desconstrução das bases que fizeram das instituições formais de ensino instrumento para homogeneização dos saberes, é preciso repensar a forma como as experiências indígenas são concebidas desde uma lógica institucionalizada.

Nesse sentido, somos levados a percorrer a seguinte inquietação: *de que maneira os processos de ensinagem dos povos indígenas contribuem para repensar a Educação Escolar Indígena?* Motivados pelo reconhecimento das lutas para a efetivação de uma educação escolar específica e diferenciada por parte das comunidades indígenas e da especialidade das

dinâmicas de produção e de transmissão de saberes operantes no interior dessas comunidades, procuramos desenvolver reflexões que repensem as relações de ensino e aprendizagem formais e a própria concepção de Educação Escolar Indígena, a partir das experiências de *ensinagem* vivenciadas no cotidiano.

Em observância ao objetivo geral de refletir de que maneira os processos de *ensinagem* dos povos indígenas contribuem para repensar a Educação Escolar Indígena, sistematizamos a discussão a partir dos seguintes objetivos específicos: compreender o que é a *ensinagem* na educação indígena; diferenciar educação indígena de Educação Escolar Indígena; e repensar a Educação Escolar Indígena a partir dos processos não-formais de *ensinagem* experienciados nas comunidades indígenas.

Trata-se de uma pesquisa em andamento, pensada como parte das nossas experiências de convivência, enquanto indigenistas vinculados ao Conselho Missionário Indigenista (CIMI), junto aos povos da Região Amazônica e do Nordeste brasileiro. Nesse contato, temos acompanhado diretamente as questões relacionadas à educação escolar dos povos indígenas, as mobilizações e reivindicações por políticas públicas que contemplem as suas necessidades específicas, dentre as quais a defesa dos territórios. Os dados produzidos e a produzir foram/serão contemplados a partir das lentes da abordagem qualitativa, pelo desejo em analisar substancialmente a complexidade do fenômeno a partir das suas manifestações. Dessa forma, temos nos utilizado da observação participante enquanto técnica de produção dos dados, por nos permitir uma participação ativa nas comunidades com as quais temos pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2018), associada à pesquisa de tipo bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 No que consiste a *Ensinagem*

Em uma visão filosófica, no interior das comunidades indígenas e tradicionais, a *ensinagem* se dá na valorização do ser e da natureza, perspectiva fortemente decolonial. Tudo se aprende para a relação saudável entre os membros do grupo, na simbiose com a natureza. Eis o equilíbrio da *ensinagem* de ancestrais para os atuais, linha tênue do fio da vida que mantém os povos. Prática ancestral, cuja sabedoria é produzida no coletivo e brota da terra das experiências dos antepassados, nutrindo a vida comunitária no presente (OLIVEIRA, 2005).

Os processos de *ensinagem* dos povos indígenas acontecem em vários momentos e de maneira específica em cada povo, em suas organizações social e econômica, nas práticas corporais, nos rituais particulares etc. As práticas corporais dos povos tradicionais colaboram

para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados, sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições. No plano simbólico, constituem-se em vivências lúdicas, expressões e linguagens com sentidos e significados que emergem dos contextos nos quais são realizadas, como as pinturas, as danças e os ritos de passagens.

Quando concebidos como prática pedagógica, os processos de *ensinagem* demonstram uma participação ativa por parte da comunidade educativa na produção de saberes, em especial naqueles que situam as pessoas e as funções socioculturais. Anastasiou (1998) refere-se ao termo *ensinagem* como uma prática social, crítica e complexa envolvida na relação entre professor e estudante, englobando tanto a ação de ensinar, quanto a de aprender, dentro ou fora da sala de aula.

2.2 Compreensões acerca da educação indígena e da Educação Escolar Indígena

O caráter notadamente ancestral da *ensinagem* nos lança em direção à cosmologia como possibilidade de produzir saberes, no sentido dado por Melià (1999), à sabedoria indígena que compreende o universo em sua pluralidade. Toda criatura humana passa a ser concebida em íntima e complexa inter-relação com outros seres vivos e com a natureza. Quando falamos em educação indígena, estamos nos referindo aos processos formativos através dos quais os saberes e modos de vida são produzidos, vivenciados e transmitidos, considerando-se as cosmologias próprias e as territorialidades específicas. Através dela, a noção de ações pedagógicas é expandida para compreender as experiências tidas no interior das comunidades indígenas e mobilizadas em coletividade (MELIÀ, 1999).

A educação indígena surge, então, como estratégia de transmissão e de manutenção cultural diante de um contexto histórico-institucional de apagamento dos saberes dos povos, mediante a qual tais povos mantiveram vivas as suas alteridades (MELIÀ, 1999). A socialização entre crianças, jovens e anciãos é o caminho pelo qual a transmissão ocorre, conduzida pela perspectiva de cada grupo étnico. Os valores, as regras e os ideais manifestados na vida comunitária interligam-se a uma cosmovisão altamente elaborada e codificada em narrativas míticas que se atualizam ritualmente, corporalmente, possibilitando o acesso de todos os indivíduos ao conjunto de saberes necessários à continuidade da vida física e cultural. Essas tradições constituem princípios fundantes das pedagogias indígenas, nas quais os sábios anciãos e anciãs são detentores de saberes numa relação de profundo respeito com a natureza e com o Sagrado.

Por sua vez, tem-se como Educação Escolar Indígena a modalidade de educação básica que garante aos indígenas, às suas comunidades e aos seus povos a recuperação de suas memórias históricas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações e aos conhecimentos diversos. Instituída mediante mudanças legislativas

profundas e garantida no texto constitucional (SEDUC-CE, 2018), consiste em um reconhecido avanço no sentido de reinventar a instituição escola a partir de reivindicações feitas pelas comunidades e povos indígenas no Brasil.

Tais reivindicações postulavam que a escola, instituição do Estado constituída historicamente a partir de modelos, princípios, valores e metodologias excludentes – e ocidentais e brancas – não poderia, simplesmente, ser transplantada. O processo de apropriação institucional feito pelos povos indígenas exigiu que os conhecimentos a serem trabalhados no interior das escolas fossem pertinentes aos seus projetos de futuro. Além disso, reivindicou-se a pluralização do próprio sentido de escola para contemplar a multiplicidade de relações que cada indígena e povo mantém, dadas as especificidades dos grupos étnicos no território brasileiro.

A *ensinagem*, movimento pedagógico presente nas comunidades indígenas, figura como caminho possível para a efetivação de um protagonismo quanto à produção de currículos decoloniais no interior das instituições escolares.

2.3 Caminhos não-formais para (re)pensar a educação: resultados preliminares

Segundo Enrique Dussel (1977), a noção pedagógica é pensada enquanto relação de proximidade. Nessa acepção, embora dela faça parte também a pedagogia como ciência do ensino-aprendizagem, a pedagógica se refere mais à proximidade da qual emerge o aprender humano. A reflexão sobre a educação, em uma perspectiva mais ampla, não trata apenas de uma metodologia do ensinar e aprender, mas deve ter em conta seu arcabouço cultural e ideológico. É pedagógica, pois, o entrecruzamento que acreditamos possível entre educação indígena e Educação Escolar Indígena, de forma a repensar esta última a partir de alguns aspectos vividos pelas comunidades e identificados por nós.

Em primeiro lugar, porque a educação indígena pensa a natureza enquanto princípio da *ensinagem*. Não a natureza genérica, mas referente a cada ser, cada animal, cada planta, os rios e as águas. Em uma conversa informal realizada com Iran Xukuru em maio de 2022, registrada em diário de campo, ouvimos que “*o mundo é habitado por entidades, por forças cósmicas e espirituais*” e que a preferência pelas matas, pelos lajedos e pelos olhos d’água na realização dos cerimoniais do povo Xukuru de Ororubá dá-se, justamente, por serem considerados “*morada onde seus ancestrais e demais seres encantados estão espiritualmente presentes*”.

Dessa maneira, tratar de pedagogias indígenas é conceber a natureza como paradigma de valor ontológico, ao mesmo tempo em que tal paradigma é constantemente reconstruído na própria relação e nas diferentes formas de dar-lhe sentido. Natureza passível de significações, agente ativa ao atribuir significados e exercer papel notório no plano organizativo, educativo

e cosmológico.

Em nossas experiências de convivências solidárias com alguns povos indígenas na região amazônica e no Nordeste, por ocasião da ação missionária no CIMI, foi possível perceber como as relações no centro das aldeias são de desprendimento de bens materiais e econômicos. O que se caça na natureza é partilhado com toda comunidade. Assim, uma criança ou um idoso não passa fome se em sua casa não houver alimentação. A família extensa possibilita interações constantes entre os avós e os netos, o que favorece a apropriação das regras culturais necessárias para o “Bem Viver” das comunidades, mantendo assim suas tradições que vão sendo repassadas de pais para filhos, netos, sobrinhos.

Em segundo lugar, pelo redirecionamento do sentido das relações interfamiliares, intercomunitárias e com as instituições que as comunidades indígenas provocam. Nas comunidades indígenas dos povos Ashaninka, Madija, Kaxinawá e Shanenawa, localizadas no estado do Acre, quando as crianças passam a compreender seu dever de ir para escola, não há a necessidade de uma intervenção paterna ou materna no sentido ordenativo. Se porventura faltar o desejo de comparecer à instituição escolar em determinado dia e momento por parte das crianças, as mães e os pais não intervêm igualmente. Nesses casos, as crianças costumam se debruçar sobre as tarefas da comunidade – dentre elas caça, pesca, atribuições na roça – e entendem que, naquele espaço, também se aprende. Na época das colheitas de determinadas plantações, por exemplo, os calendários escolares das instituições que atendem a essas comunidades costumam adequar o calendário escolar aos períodos de ausência das crianças, levadas para auxiliar nas colheitas.

No que tange à figura do professor, na maioria das comunidades indígenas da região Norte, entende-se que qualquer indivíduo adulto da comunidade pode atuar como agente da educação. Ao contrário, na educação formal não-indígena, os lugares do branco e do acadêmico são privilegiados. A educação indígena nos ensina uma outra forma de conceber a relação professor-aluno e a própria instituição escola, pois entende-as como processo mediante o qual os membros da comunidade socializam com as novas gerações, no intuito de dar continuidade aos valores e às instituições considerados fundamentais para o grupo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos deixar de reconhecer a importância dos recentes avanços formais para a abertura às novas maneiras de aprender e ensinar, próximas dos saberes e culturas tradicionais. As lutas mobilizadas por povos indígenas, com e o apoio de instituições não governamentais ligadas à causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram essenciais para o alcance da concepção de Educação presente na Constituição de 1988 e atualmente em vigor.

Entretanto, decolonizar a educação desde os saberes indígenas é um processo contextualizado nas múltiplas realidades dos povos. Apesar de constituírem-se como processos diferentes de transmissão de conhecimentos, a educação indígena e a Educação Escolar Indígena não precisam estar de lados opostos, como se um modo de educar não pudesse complementar o outro. Muito pelo contrário, quando ambas se complementam, quando os conhecimentos transmitidos via tradição oral integram o currículo escolar, nasce uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, pois tanto os saberes científicos valorizados pelas sociedades em geral quanto os saberes tradicionais produzidos pelos indígenas serão partilhados, ensinados e ressignificados no espaço da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorim de. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de Educação Intercultural da UFPE/CAA – Curso de Licenciatura Intercultural**. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25637/1/TESE%20Eliene%20Amorim%20de%](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25637/1/TESE%20Eliene%20Amorim%20de%20) Acesso em: 18 set. 2022.

ANASTASIOU, L. G. C. **Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica**. Curitiba: IBPEX, 1998.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MELIÀ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MELIÀ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cede**, v. 19, n. 49, 11-17, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LP3BV6QHbqSgTdPYXT9YZFG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. 2005. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36895/1/2005_tese_edoliveira.pdf. Acesso em: 18

